

Uma Pedagogia Discursiva Contra-Hegemônica

Rodrigo Oliveira Fonseca¹
Universidade do Estado da Bahia

Resumo

Neste artigo extraímos do quadro teórico da Análise Materialista do Discurso (proposta por Michel Pêcheux e pela equipe de pesquisadores que ele reuniu) algumas questões pertinentes à prática docente e sua relação com as oposições ideológicas binárias que atravessam, organizam e estabilizam o campo dos dizeres. Das primeiras ambições em torno da constituição de uma prótese de leitura materialista, a teoria pecheutiana avançou (mas também recuou) para a ideia de *provocação à leitura*, abertura para outras leituras e para a compreensão de outros sentidos presentes e possíveis no interior das dissensões históricas e ideológicas. Ao final do texto, de modo consequente ao seu desenvolvimento, enumeramos três princípios do educador analista do discurso.

Palavras-chave: ensino; ideologia; discurso; leitura.

Abstract

In this article we extract the theoretical framework of Materialist Discourse Analysis (proposed by Michel Pecheux and the research team he assembled) some issues relevant to the teaching practice and its relationship with the binary oppositions that cross ideological, organize and stabilize the field of sayings. Of the first ambitions around the provision of a prosthesis materialist reading, pecheutiana theory advanced (but declined) to the idea of provoking reading, opening for further reading and understanding the present and possible other meanings within the historical divisions and ideological. At the end of the text, consequent to its development mode, enumerated three principles of discourse analyst educator.

Keywords: teaching; ideology; speech; reading.

¹ Pesquisador em Análise do Discurso e História do Brasil, com doutorado em Letras pela UFRGS.

PREÂMBULOS

Seguindo as considerações de Michel Pêcheux e Eni Orlandi em torno da teoria materialista do discurso, podemos afirmar que tudo aquilo que dizemos é historicamente determinado e socialmente administrado, em meio a processos e mecanismos difusos, opacos e não centralizados. Não é que falamos “em uníssono” e de forma unívoca, dizendo as mesmas coisas e produzindo os mesmos sentidos, e sim que sempre nos relacionamos com as formações discursivas dominantes, como a própria condição do *fazer sentido*. Se concebermos o Estado de modo amplo, enquanto conjunto de práticas cotidianas que asseguram uma determinada ordem e estado de coisas, veremos que ele está menos *acima* e mais *entre* nós, de um modo que também atuamos nele ao reproduzirmos e atualizarmos o conjunto de preceitos que mantém o senso comum e as fronteiras entre os homens.

A escola, enquanto instituição que “desperta para” ou simplesmente reproduz técnicas, valores, saberes, conhecimentos, culturas etc., é cotidianamente atravessada pelas lógicas disjuntivas do *isso-ou-aquilo* e do *certo-ou-errado*. Sobre estas lógicas incrustam-se, muitas vezes, oposições ideológicas que representam, no final das contas, diferentes modos de se posicionar no cenário social: frente às crises, aos problemas coletivos, às políticas do Estado etc. Posições estas que nunca são apenas “diferentes”, múltiplas, plurais – no bojo do discurso liberal da “tolerância” e, mais concretamente, da indiferença e insignificância –, já que se inscrevem de modo assimétrico e conflitivo no campo do dizível, e que também não são sempre as mesmas, geométrica e coerentemente distribuídas, mas se encontram em transformação, sobrepondo-se, mesclando-se etc.

Como espaço privilegiado para a leitura e (por vezes) para a discussão de textos, a escola é assim um campo repleto de oportunidades para a prática da crítica ideológica, para a apreensão e análise dos diversos posicionamentos que atravessam e constituem os textos. Um *educador analista do discurso* poderá ser, neste espírito, um promotor de encontros (entre o que se diz *aqui* e o que se diz *além*), provocador de acontecimentos de significação (“isso faz sentido...”) e de oportunidades para a inscrição de outras posições e oposições, de outros sujeitos e sentidos, em meio a processos pedagógicos que se voltam contra a reprodução das ideologias dominantes e seu espelhamento nas próprias ideologias contra-hegemônicas – que por vezes criticam seus antagonistas sobre um mesmo terreno de evidências.

A Análise do Discurso, as Dicotomias e o Real da História

Como se produzem dos sentidos? Por meio de uma *expressão* justa e fiel à realidade significada? (Organicamente?) Por meio de uma *adequação* bem feita às formas socialmente convencionadas? (Formalmente?) Estas duas hipóteses remetem infinitamente ao debate tradicional sobre a linguagem que se organiza sob o par natureza-convenção e suas variantes – estoicos-aristotélicos, anomalia-analogia, e demais posições formalistas e empiristas em linguagem que, respectivamente, representam o logicismo e o sociologismo (PÊCHEUX & GADET, 2004 [1981], p. 29-32). A posição materialista neste debate é justamente aquela que faz implodir tal dicotomia, que, em última instância, é a que se estabelece entre objeto e sujeito idealisticamente tomados, na clássica separação entre as dimensões do social e do material, do que se faz ativo e do que se faz passivo nos fenômenos.

Na Análise do Discurso (doravante apenas AD) os sentidos são percebidos na condição de produtos de um rico processo social e linguageiro que tende a ser apagado no interior das práticas cotidianas. Um processo que pode ser recuperado mediante a montagem de escutas das discursividades, dos processos sociais de direcionamento dos sentidos. Tende a ser apagado em razão de suas estabilizações e cristalizações, de sua força cultural e política, do mesmo modo que se esquece, por exemplo, que um Estado é sempre um estado, um ponto histórico ao qual as forças sociais, as classes e segmentos de classe chegaram, um ponto em que se “está”, muito mais do que se “é”.

Praticar a AD é incompatível com a busca de uma posição pretensamente neutra, à moda de um racionalismo universalista (ocidental? liberal-democrático? cosmopolita?), por um lado, mas também não permite ceder ao relativismo contemporâneo que crê haver apenas força, o choque entre distintas versões e “olhares” ou “leituras” alternativas. A AD resiste e enfrenta certos princípios do pós-modernismo e do multiculturalismo, obstrutores dos processos de conhecimento científico e da prática política aberta. Ela ambiciona produzir conhecimento, de modo explícito e crítico, nunca como um golpe de força acadêmico, (o)pondo leitura sobre leitura, versão sobre versão, como se o fato de uma leitura poder ser *outra* implicasse em dizer que ela pode ser *qualquer*.

A AD não pretende lançar sobre os textos e as interpretações nem um olhar de ordem técnica, formalista, focado nas superfícies textuais, nem um outro olhar de ordem “erudita”, focado nos conteúdos e suas profundezas. Os analistas do discurso de orientação materialista não trabalham num intervalo entre textos e interpretações, mas no *espaço de divisões e alianças em que os textos e suas interpretações operam, na condição que os textos exercem de mediadores fundamentais das relações sócio-históricas, atravessadas por processos*

inconscientes. Ou seja, a AD busca lidar com o lugar e o trabalho dos textos em relação ao real da história, indo além da consciência que os sujeitos possam ter do modo como escrevem, falam, leem e ouvem os textos, mas encarando o trabalho que têm em meio às disputas pelos sentidos e pelo fazer sentido. Deste modo, a AD busca lidar com o real da história e dos sujeitos históricos, sempre em jogo na interpretação e na enunciação (FONSECA, 2012, p. 112-119).

Deste modo a AD se distingue de outras linhas de análise discursiva por se caracterizar enquanto um campo de investigação que se debruça sobre as contradições da história e as equivocidades da língua, tendo nos processos ideológicos e nos funcionamentos morfossintáticos e enunciativos os seus pilares analíticos. É importante sublinhar, no entanto, que por *processos ideológicos* entende-se algo muito mais complexo e dinâmico do que um jogo dualista entre pontos de vista, entre concepções de mundo e sensibilidades que, em última instância, oferecem-se enquanto oposições conceituais bem comportadas – no sentido de simularem alternância e equilíbrio. Encarando a conjuntura dos dizeres de nosso tempo e formação social, o verdadeiro antagonismo não se dá, por exemplo, entre mercado e Estado, financeirização da economia e aumento da produtividade, Republicanos e Democratas, tucanos e petistas, Caprichoso e Garantido,... mas sim entre esses “antagonismos oficiais” e aquilo que eles *foraquem*, ou seja, excluem sem de fato excluir, já que é algo que aí se mantém produzindo efeitos.

Podemos mobilizar aqui a fórmula lacaniana do $1+1=3$, na qual o resultado inesperado (três??) se dá em razão das consequências de um *resto indizível* (produtor de efeitos) no interior desta conta supostamente binária. Em verdade a conta deve ser representada como “ $1+1+a$ ” (ZIZEK, 2011, p. 382). O objeto *a*, da formulação lacaniana, mantém-se recalcado como causa não simbolizada, ou melhor, como o resto e sobra de uma simbolização que jamais o alcança ou preenche totalmente, mas que produz resultados. Uma forma privilegiada de o compreendermos e traduzirmos é através do fenômeno da angústia (GUEDES, 2010), isso que nunca é preenchido e nos causa sofrimento, como também é válido pensarmos nisso que ocorre quando do assujeitamento ao grande Outro que é o Capital, aos seus significantes, e mais especificamente em relação à forma-mercadoria: o fetiche por um produto qualquer do mercado, que transmite diferentes imagens e formas atrativas mas que nunca preenchem o próprio desejo, encobrindo, por outro lado, as relações sociais de produção e a “falta” em torno daquele produto e de seu consumo.

Em relação às oposições conceituais estabilizadas, que engessam o pensamento e recalcam o real dos conflitos históricos, podemos lembrar as considerações de Michel

Pêcheux sobre a tendência à dicotomização no campo político (PÊCHEUX, 1997 [1975], p. 206). Através desta tendência o antagonista que se contraidentifica com a posição dominante acaba simetrizando-a, apenas invertendo algum sinal, sobre um fundo de evidências comuns. Exemplo bom de ser dado aqui é a representação dos dois partidos do regime instaurado no Brasil em 1964: se um partido era o do *Sim, senhor!* (a Arena), o outro era o partido do *Sim...* (o MDB), de modo que, ao final, os dois eram aportes fundamentais à reprodução daquele sistema. Eram diferentes, o MDB implicava uma forma de resistência, sem que por isso, no entanto, deixasse de ser um partido essencial para o regime vigente.

Este é um fato que extrapola os regimes de exceção: normalmente nos deparamos com a existência de um campo ideológico que impõe uma visibilidade e uma organização das contradições a seu próprio modo, de forma a que uma posição dissidente qualquer, a despeito de sua singularidade, possa quase sempre ser enquadrada no esquema previamente estabelecido. É ainda como se toda ideologia dominante trouxesse como sua contraparte outra ideologia, uma contraidentificação que não faz mais do que dar vitalidade a um mesmo campo de (o)posições estabelecidas, reais ou imaginárias.

O Trabalho do Analista com a Materialidade da Língua

Destacado o fato de que os processos ideológicos considerados na AD não apontam para nenhuma reduplicação infinita de um *yin-yang*, cabe em seguida sublinhar que os funcionamentos morfossintáticos analisados só interessam na sua condição de base material para a análise dos processos semântico-discursivos, processos estes responsáveis por fazer das línguas o que elas são, uma ordem signifiante, uma sistematicidade real que não se opõe à não-sistematicidade, um corpo de regras e efeitos que se formam sendo jogados e traídos pelas discursividades. É por isso que os “erros” e os deslizos (em sintaxe, ortografia etc.) podem fazer tanto ou ainda mais sentido que os “acertos”. Na base material dos discursos temos sempre operações de linguagem e, mais especificamente, a ordem da língua, mas “o que da língua efetivamente está operando em tal ou tal processo discursivo ‘concreto’ não pode jamais, em princípio, ser definido a priori” (HENRY, 1990 [1975], p. 63). Um verbo na passiva, uma preposição, uma oração relativa, uma modalização autonímica, uma sinonímia,... interessará ao analista aquilo que se efetiva como suporte material de um direcionamento ou de uma deriva dos sentidos, de uma transversalidade, um apagamento, etc.

Sendo assim, os modos como os sentidos são direcionados, as vias pelas quais se interpreta, são analisadas no quadro de uma história em movimento – atravessada por

posicionamentos contraditórios e assimétricos, assombrada pelos seus alhures e impossíveis à manutenção da ordem – e de uma língua real – em que não se pode dizer tudo, ao mesmo tempo em que se faz impossível não dizer de determinadas maneiras, dado que ela é *um campo de forças constitutivo do trilhar metafórico dos sentidos e dos paradoxos de enunciação* (PÊCHEUX, 2011 [1982], p. 119).

A AD pressupõe, desse modo, que tanto a história quanto a língua não são transparentes e instrumentais, fixas e homogêneas, e propõe procedimentos analíticos capazes de restituir suas respectivas opacidades e contradições em prol de uma compreensão crítica e materialista dos processos semânticos-discursivos, procedimentos estes que remetem “às condições verbais de existência dos objetos (científicos, estéticos, ideológicos,...) em uma conjuntura histórica dada” (PÊCHEUX, 2011 [1984], p. 152). Frente aos estudos históricos e aos estudos de linguagem a AD, para além de aí buscar sustentação analítica, promove tensionamentos cruzados que representam o cerne de suas mais genuínas contribuições a estes dois campos: questionar a relação dos estudos históricos com os textos que lhes servem de evidências/documentos; questionar a relação da linguística com os objetos ideológicos que sempre retornam com mais força pela janela quando são enxotados porta afora.

Separamos em campos distintos de investigação os estudos da história e de linguagem, mas cabe, no entanto, reconhecer que a língua não existe à parte, recobrando (formalmente) ou expressando (empiricamente) os acontecimentos e as estruturas do mundo histórico. A capacidade própria da língua de construir o unívoco, baseada em estabilidades (estabilizações) morfológicas e sintáticas, atua diretamente na história, sendo vital para as ciências, para as tecnologias e para o Estado de modo geral. Fora destes domínios as línguas naturais funcionam sob o motor de uma *contínua “desestabilização” da univocidade* (GADET, HAROCHE, HENRY & PÊCHEUX, 2011 [1982], p. 56), sendo assim irredutíveis a uma ordem homogênea, representando antes, cada uma delas, um real específico (de determinada língua) na forma de “um sistema de regras atravessado de falhas” (ibidem, p. 65). Este é, justamente, o “lugar” em que as discursividades mais trabalham e se jogam, os pontos de deriva, de deslocamentos, as falhas e resistências, que representam, mais do que quaisquer outras, aquelas “regiões” em que a AD pode contribuir decisivamente com uma educação contra-hegemônicas.

Os Aparelhos Ideológicos de Estado e a Conjuntura do Dizível

Michel Pêcheux esteve sempre engajado na discussão do fazer científico no campo das humanidades, elucidando os limites do formalismo e do empirismo, da hipóstase do conhecimento (que pressupõe uma Razão universal e objetiva) e da hipóstase da experiência (que pressupõe uma Verdade singular e subjetiva). Nunca o fez visando um embate teórico que lhe assegurasse a criação de uma “escola” no campo da filosofia marxista, mas sim uma forma de intervir – prática e politicamente – nas instituições de ensino e pesquisa (HELSLOOT & HAK, 2000).

Mas, afinal, por que intervir aí? É o caso de se considerar, uma vez mais, que os Aparelhos Ideológicos de Estado (doravante AIE) não são as máquinas funcionais e cativas (nas mãos dos governos) que uma leitura apressada de Louis Althusser pode sugerir. Se os AIE são, de fato, pilares na reprodução das relações sociais, isso se faz à custa de uma luta sempre intensa, ininterrupta (PÊCHEUX, 1997 [1975], p. 145), pela qual não cabe às classes dominantes o papel confortável de meras administradoras e gestoras dos recursos. Às classes dominantes cabe o difícil trabalho de resistir às contingências e aos furos da ordem, em prol da manutenção de seu Estado, que é, antes de qualquer coisa, um estado da luta de classes, um conjunto de conquistas alcançadas e, eventualmente, ameaçadas (FONSECA, 2012). Desse modo, os AIE são verdadeiras arenas onde tudo está em jogo, onde tudo pode de repente virar, fazendo com que as justificativas e os sentidos dominantes se esgarcem. Como afirma Pêcheux:

[...] considerar a ideologia do ponto de vista das “relações de produção” necessariamente implica, para um marxista, em também considerá-la do ponto de vista da resistência à reprodução, ou seja, da perspectiva de uma multiplicidade de resistências e revoltas heterogêneas que se entocam na ideologia dominante, ameaçando-a constantemente (PÊCHEUX & GADET, 2011 [1991], p. 96).

Ao se considerar que a AD superou sua ambição professoral-militante do início, a de ser prótese de leitura dos sentidos subjacentes (cf. COURTINE, 1999 [1990]), cabe acrescentar que o fez em prol de outra ambição, mais ampla (mas não menos militante), a de ser provocação à leitura, abertura para outras leituras e para a compreensão de outros sentidos presentes e possíveis no interior das dissensões históricas e ideológicas. Este é um programa de trabalho, ou mesmo uma tarefa, profundamente pertinente e estratégica no bojo do materialismo histórico e seu empenho em dar visibilidade e analisar os fatores imanentes de transição e ruptura (de transformação histórica) constitutivos da ordem do mundo. Os mitos da fixidez, da imutabilidade ou da solução alcançada pelo desenvolvimento sócio-histórico no

quadro das democracias liberais – o famoso discurso de Francis Fukuyama após a queda dos regimes socialistas do Leste Europeu – devem ser postos em seu lugar ideológico dos impossíveis próprios às lutas das classes dominantes, para os quais Pêcheux e Gadet identificam dois desejos:

[...] *parar a história*, fixar a sociedade por disposição jurídica, ou *terminá-la*, abrir caminho ao que, na dominação burguesa, ainda não encontrou suas completas condições de realização, ao que escapa ainda ao seu reconhecimento integrador das classes dominadas (PÊCHEUX & GADET, 2004 [1981], p. 38).

O aparelho escolar, ainda que comprometido com as lições do primeiro quadro de ambições das classes dominantes, em torno da fixação de um estado de coisas, encontra-se bem instalado no coração do segundo quadro, o da integração das classes dominadas – ao que devemos acrescentar o seu papel progressista e humanista, mesmo que parcial ou superficialmente realizado, no conjunto das práticas ideológicas – e no conjunto de suas falhas. Inclusive, um exemplo claro para nós dos processos ideológicos desse segundo quadro se relaciona diretamente com o sistema escolar e suas vicissitudes: a política de cotas para ingresso no ensino superior público.

Em meio aos programas governamentais de inclusão social e de ações focalizadas e compensatórias, incorporados por uma parte considerável da esquerda brasileira, no caso da política de cotas raciais promove-se um deslocamento histórico da luta anti-racista, de fundo democrático e universalizante, em direção a uma racialização da sociedade, pela qual todo sujeito deverá assumir perante o Estado uma identidade racial que pode ser aleatória ou oportunista (MAESTRI, 2010). E isto se faz sem comprometer o orçamento público com a expansão das vagas no ensino superior federal, naturalizando e fortalecendo em novo patamar a competição social, pilar essencial da retórica capitalista. “Para essa ideologia, não há mal em haver opressores e multidões de oprimidos. Desde que exista equilíbrio étnico nos dois segmentos!” (MAESTRI, 2010).

Nessa via de integração/inclusão os antagonismos de fundo acabam se despotencializando no quadro de uma utópica humanização da ordem existente, fator este que interpela amplos setores sociais discriminados, vítimas de exploração e de preconceito, num enfrentamento com as expressões mais reacionárias da sociedade – claramente racistas ou oportunamente logicistas/juridistas. Enfrentamento este que, no entanto, em última instância, aponta para “um processo sem fim, que adia para sempre o ponto final, qual seja, uma sociedade livre de todos os preconceitos morais” (ZIZEK, 2012, p. 52). O tema da tolerância e

do reconhecimento das diferenças se transforma assim em política e discurso de Estado, atuando como fator de coesão do corpo social.

Diante dessa conjuntura do dizível os AIE são atravessados por esse “antagonismo oficial” no qual a posição verdadeiramente antagônica (e revolucionária) implicaria na recusa das coordenadas estabelecidas para o debate – ações focalizadas *versus* não intervenção estatal. Uma terceira posição, forcluída do sistema dual de alternativas em cena, poderia ser, por exemplo, a reivindicação de um plano de universalização do ensino superior.

O Educador Analista do Discurso

Não se trata de escondê-las, mas certamente não vem a ser o papel do educador analista de discurso o de apresentar as suas posições políticas, sejam elas entendidas ou não como revolucionárias, ousadas, geniais, lindas e maravilhosas. O risco desse encavalamento de lugares é óbvio, o educador se projeta como “dirigente” e os educandos como “dirigidos” ou “base”. Numa versão onguista e mercadológica, o risco é que o educador se projete como o assessor, capacitador ou instrutor de uma determinada clientela em busca de oportunidades (e por vezes da “recuperação da autoestima”). Seja como for, temos por essas vias mais de meio caminho para impedir ou implodir quaisquer processos pedagógicos autênticos, contra-hegemônicos ou não.

Em sua intervenção no Colóquio *Texte et Institution*, Michel Pêcheux (2011 [1979]) sintetiza duas posições tradicionais de combate às ideologias dominantes: a do professor militante que busca revelar e difundir a verdade, e a do militante pároco de plantão, que busca levar em conta “o que as pessoas têm na cabeça” como meio de convencê-las. A primeira posição, como sabemos, tende a falar sozinha e a cegar-se com toda a luz que irradia de si, enquanto que a segunda sucumbe à ideia de neutralidade operatória das técnicas de propaganda (PÊCHEUX, 2011 [1979]), não vendo que “fazer com eles o que (ou como) eles fazem conosco” é um meio de lhes prolongar as práticas, os efeitos e mesmo os pontos de chegada.

Um educador analista do discurso deve considerar um sem número de regiões nebulosas a serem investigadas na perspectiva da superação sócio-histórica, ao lado de uma infinidade de *coisas-a-saber*, verdadeiras reservas de conhecimento acumuladas (PÊCHEUX, 1997 [1983], p. 34), que não nos são *impostas* de fora por algum Príncipe mistificador ou pelos grandes poderes distribuídos no tecido social, como os grandes empresários, os cientistas, os especialistas e os administradores. O Estado também é essa reserva de

conhecimento acumulado, que gera laços de dependência social e configura uma rede de dispositivos e recursos protetores contra ameaças de toda espécie à reprodução social: da epidemia de dengue à queda do dólar, do terremoto e tsunami à greve nas montadoras de automóveis. Diante de todas estas urgências e ameaças à felicidade humana, os sujeitos pragmáticos (cada um de nós no papel de gestores cotidianos da vida) demandamos homogeneidade lógica, um mundo semanticamente estabilizado e a atualização de fronteiras que nos auxiliam nas infinitas tomadas de decisão do dia-a-dia. “O Estado e as instituições funcionam o mais frequentemente – pelo menos em nossa sociedade – como polos privilegiados de resposta a essa necessidade ou a essa demanda” (PÊCHEUX, 1997 [1983], p. 34).

No entanto, é preciso admitir que há outras necessidades e demandas, que se referem a um real estranho ao dos pragmatismos administrativos e das estabilizações, e um outro tipo de saber que é correlato a este real, distinto e até avesso aos do Estado.

[...] um outro tipo de saber, que não se reduz à ordem das “coisas-a-saber” ou a um tecido de tais coisas. Logo: um real constitutivamente estranho à univocidade lógica, e um saber que não se transmite, não se aprende, não se ensina, e que, no entanto, existe produzindo efeitos. (PÊCHEUX, 1997 [1983], p. 43).

Dada a crescente complexidade do mundo, mais do que nunca necessitamos conhecer, e conhecer a fundo, em especial tudo isso que nos escapa, que não se mostra e que, por não se mostrar, opera de modo mais intenso e assim menos propenso a alterações. À violência simbólica que visa esconder, desarmar, desfazer e absorver qualquer oposição radical deve-se chamar pelo seu nome, ideologia dominante. Parece-nos que a melhor forma de enfrentá-la – para além da denúncia (de que ela esconde e desarma algo), da crítica (de como ela esconde e desarma), e da resistência (mostrar que ainda assim não nos damos por vencidos) – seja produzir e difundir o conhecimento disso que (se) pretende esconder, desarmar, desfazer e absorver.

Nesse sentido, temos de reconhecer que

A arte de anestesiar as resistências, de absorver as revoltas no consenso e de fazer abortar as revoluções fez certamente grandes progressos. Mas tudo isto não deixa de trabalhar menos sob o assujeitamento: é antes a capacidade de ouvi-lo que persiste em fazer falta politicamente (PÊCHEUX, 2011 [1979], p. 92).

Faz falta, politicamente – e no interior de uma pedagogia contra-hegemonista, acrescentamos –, reconhecer as formas históricas de assujeitamento e as suas resistências, que não existem menos em função das anestésias, absorções e abortamentos.

Três Princípios de uma Pedagogia Discursiva Contra-Hegemônica

Recusando os lugares de dirigente, capacitador, pregador e propagandista, quais seriam, enfim, aqueles princípios básicos que incidem sobre as potencialidades do educador analista do discurso? Enumeramos três.

1. Os discursos não estão soltos

Podemos criar condições para que se perceba que a visibilidade e a legibilidade dos textos não são fatores automáticos e gratuitos. Não se trata somente de perceber que *uma mentira dita muitas vezes vira* (ou assume ares de) *verdade*, mas, indo além, e citando Eni Orlandi (2001, p. 10), que toda formação social “tem formas de controle da interpretação, que são historicamente determinadas [...]. Os sentidos estão sempre ‘administrados’, não estão soltos”. Se vemos mais e melhor determinadas coisas do que outras isso já é um fator de interpretação, de direcionamento dos (nossos) sentidos. Não vemos o que queremos e como queremos, constatação antinarcisista que demanda uma firmeza materialista do educador analista do discurso.

2. Os discursos mudam

Podemos mostrar que aquelas evidências que mais se marcam na conjuntura do dizível são, também elas, metafóricas, devendo ser compreendidas enquanto cristalização de processos em curso. Michel Pêcheux e Catherine Fuchs nos propõem que o sentido seja pensado *como um objeto*, devendo-se, no entanto, aceitar “a tese materialista segundo a qual os ‘objetos’ não são invariantes primeiros, mas pontos de estabilização de processos” (PÊCHEUX & FUCHS, 1997 [1975], p. 227). Em relação a estes processos, através dos quais as referências são construídas, as metáforas funcionam como *transporte* entre os significantes (uma palavra por outra, um gesto, uma expressão,...), produzindo assim um sentido que, em cada caso poderá funcionar como “sentido próprio” ou como “sentido figurado” (PÊCHEUX

& FUCHS, 1997 [1975], p. 244). Sem esse *transporte* não há interpretação, e, no caso daqueles processos de referenciação que apontam para sentidos tidos por evidentes, socialmente cristalizados, coloca-se em jogo o transporte de um “modo correto de ler”, uma formação discursiva dominante responsável pela possibilidade de parafraseagem de certos dizeres e pela importação (meta-forização) de outros. Compreender esse jogo viciado de remissões é compreender o assujeitamento discursivo numa determinada conjuntura do dizível, que assegura os lugares de visibilidade e de invisibilidade no todo social, assim como o recobrimento de certas posições por outras – ocupação (de terras) por invasão, invasão (de países) por ocupação ou libertação, guerrilheiros por traficantes, muçulmanos por fundamentalistas, compra de votos por governabilidade.

3. Os discursos são formas de mudar: desestabilizam certezas e produzem novos sentidos

Podemos trabalhar a tese de que não há leitura sem memória, mas também não há leitura somente com memória. Há fatos de linguagem e de subjetivação sem os quais não se pode interpretar, sem os quais não se pode deslizar entre as possibilidades de filiação dos sentidos. Por “determinação histórica dos processos semânticos”, definição de discurso em Pêcheux e Fuchs (1997 [1975], p. 164), não se trata de compreender a reinscrição infinita dos sentidos e dos poderes. O impossível de ser dito e impossível de não ser dito, que marca a língua enquanto ordem real de significação, faz com que a equivocidade possa ser explorada em processos de resistência e transformação social. As faltas e as falhas de captura do real pelos significantes permitem-nos divergir de Roland Barthes em sua afirmação de que a língua é fascista. Ela serve tanto à comunicação quanto à não-comunicação. Falar uma língua, fazê-la funcionar, é “jogar nas suas coerções e nas suas lacunas – jogar nas latitudes que ela oferece” (PÊCHEUX & GADET, 2011 [1991], p. 105). Além disso, interpretar não é apenas filiar-se a um já dito, sustentar sobre ele uma leitura atual. Interpretar é também, e fundamentalmente, efetuar um *trabalho* de deslocamento sobre as redes de memória evocadas por um texto:

[...] todo discurso marca a possibilidade de uma desestruturação-reestruturação dessas redes e trajetos: todo discurso é o índice potencial de uma agitação nas filiações sócio-históricas de identificação, na medida em que ele constitui ao mesmo tempo um efeito dessas filiações e um trabalho (mais ou menos consciente, deliberado, construído ou não, mas de todo o modo atravessado pelas determinações inconscientes) de deslocamento no seu espaço: não há identificação plenamente bem sucedida, isto é, ligação

sócio-histórica que não seja afetada, de uma maneira ou de outra, por uma “infelicidade” no sentido performativo do termo – isto é, no caso, por um “erro de pessoa”, isto é, sobre o *outro*, objeto da identificação.

É mesmo talvez uma das razões que fazem [com] que exista algo como sociedades e história, e não apenas uma justaposição caótica (ou uma integração supra-orgânica perfeita) de animais humanos em interação... (PÊCHEUX, 1997 [1983], p. 56-57).

Com base na consideração desse trabalho – mais ou menos consciente, deliberado,... mas de todo o modo atravessado pelas determinações inconscientes –, e daquilo que Pêcheux escreve sobre os processos de desidentificação (1997 [1975]) e de deslocamento tendencial do sujeito enunciador (1981), é que propusemos (em FONSECA, 2012) o conceito de *esquivocidade* enquanto forma de sublinhar a relação do sujeito histórico com as relações de força que constituem a cena da enunciação. *Fazer sentido* é um processo que toca tanto à interpretação quanto à enunciação, tanto ao “como dizer algo a partir disso que aí está dito” quanto ao “como dizer a partir de algo que não está dito”, o que permite que, por ambas as vias, se possa trabalhar sobre um determinado impossível da língua e da história, um alhures, para “começar a se despedir do sentido que reproduz o discurso da dominação, de modo a que o irrealizado advenha formando sentido do interior do sem-sentido” (PÊCHEUX, 1990 [1982], p. 17).

Algumas Considerações Finais

Superar o triplo recalque – da história, da língua e do inconsciente – que caracteriza a relação predominante com os textos; montar escutas contra as evidências; poder restituir e observar aquilo que governa as interpretações, enfrentando o real da opacidade, da heterogeneidade, dos conflitos, do descentramento, das contradições, das incompletudes, materialmente inscritas nos modos de ler os textos. Este é certamente um programa difícil, mas também profundamente estratégico, cujo desenvolvimento nos AIE contribui e muito para a implosão dos alicerces ideológicos que engessam o porvir.

Se não há lentes ou modelos prontos de leitura para oferecer à desconstrução dos processos cotidianos e suaves de doutrinação para o assujeitamento capitalista, é o caso de reconhecer que, como em qualquer ritual coletivo, temos (e perdemos) oportunidades de explorar deslizos, fissuras, microfônias, repetições e ambivalências o tempo todo.

A AD na sala de aula, ou melhor, o educador analista do discurso pode se despir dos formalismos acadêmicos e da controversa obrigação de ser linguista, trabalhando exercícios

(e, sobretudo, trabalhando no interior dos exercícios) de modo a permitir a consideração de que os sentidos não estão nem no texto nem na cabeça de cada um dos alunos, a consideração de que aquilo que não se diz num texto orienta a leitura do que se diz, e que este é um fator sobre o qual se poderá sempre lançar luz. Fazer mais sentido (outros sentidos) com o que se vê na escola, fazer mais sentido (outros sentidos) com o que se vê fora da escola. Aveso a qualquer doutrinação e classificação de "sentidos errados", "leituras erradas", ao educador analista do discurso é posto o desafio de despertar nos educandos a consideração de que não somos indiferentes ao que lemos, às formas como interpretamos, sempre às voltas com processos históricos de controle e evidenciação dos sentidos. Lidando o mais diretamente possível com esse “saber que não se transmite, não se aprende, não se ensina, e que, no entanto, existe produzindo efeitos”, criamos oportunidade de ouro para instaurar outros dizeres e horizontes para os sentidos.

Referências Bibliográficas

COURTINE, Jean-Jacques. [1990] “O discurso inatingível: marxismo e lingüística (1965-1985)”. Tradução de Heloísa Monteiro Rosário. Revista Cadernos de Tradução, Porto Alegre, n. 6, p. 5-18, abr.-jun./1999.

FONSECA, Rodrigo Oliveira. A interdição discursiva: o caso da Conjuração baiana e outros limites à participação popular na História. Programa de Pós-Graduação em Letras/Universidade Federal do Rio Grande do Sul (tese de doutorado), 2012.

GADET, F., HAROCHE, Cl., HENRY, P., & PÊCHEUX, M. [1982] Nota sobre a questão da linguagem e do simbólico em psicologia. Tradução de Pedro de Souza. In: PÊCHEUX, M. Análise de Discurso – Michel Pêcheux. 2ª edição. Campinas, SP: Pontes, 2011, p. 55-71.

GUEDES, Denise de Fátima Pinto. “Uma introdução ao conceito de objeto a”. Psicanálise & Barroco em Revista, v. 8, n. 1, pp. 159-174, 2010.

HELSLOOT, Niels & HAK, Tony, “La contribution de Michel Pêcheux à l'analyse de discours”. Langage et Societé, n. 91, mar./2000.

HENRY, Paul. [1975] Construções Relativas e Articulações Discursivas. Tradução de Eni Orlandi. Caderno de Estudos Lingüísticos, Campinas, 19, jul.-dez./1990.

_____. [1977] A ferramenta imperfeita: língua, sujeito e discurso. Tradução de Mª Fausta Pereira de Castro. Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 1992.

MAESTRI, Mário. O programa racial do capital e do trabalho para a sociedade brasileira – entrevista a Valéria Nader. Correio da Cidadania, 2010. Disponível em <http://cafehistoria.ning.com/profiles/blogs/o-programa-racial-do-capital-e>

ORLANDI, Eni. Análise de Discurso: princípios e procedimentos. 3ª edição. Campinas, SP: Pontes, 2001.

PÊCHEUX, Michel. [1975] Semântica e Discurso: uma crítica à afirmação do óbvio. Tradução de Eni Orlandi [et al.]. 3ª edição. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 1997.

_____. [1979] Foi “propaganda” mesmo que você disse? Tradução de Eni Orlandi. In: PÊCHEUX, M. Análise de Discurso – Michel Pêcheux. Campinas, SP: Pontes, 2011, p. 73-92.

_____. [1982] “Delimitações, inversões, deslocamentos”. Tradução de José Horta Nunes. Cadernos de Estudos Lingüísticos, Campinas, (19): 7-24, jul.-dez./1990.

_____. [1982] Ideologia – aprisionamento ou campo paradoxal? Tradução de Carmen Zink. In: PÊCHEUX, M. Análise de Discurso – Michel Pêcheux. 2ª edição. Campinas, SP: Pontes, 2011, p. 107-119.

_____. [1983] O discurso: estrutura ou acontecimento. Tradução de Eni Orlandi. 2ª edição. Campinas, SP: Pontes, 1997.

_____. [1984] Metáfora e Interdiscurso. Tradução de Eni Orlandi. In: PÊCHEUX, M. Análise de Discurso – Michel Pêcheux. 2ª edição. Campinas, SP: Pontes, 2011, p. 151-161.

PÊCHEUX, Michel & FUCHS, Catherine. [1975] A propósito da análise automática do discurso: atualização e perspectivas. Tradução de Péricles Cunha. In: GADET, F. & HAK, T. (org). Por uma análise automática do discurso: uma introdução à obra de Michel Pêcheux. 3ª edição. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 1997, p. 163-252.

PÊCHEUX, M. & GADET, F. [1981] A língua inatingível. Tradução de Bethania Mariani e Mª Elizabeth C. de Mello. Campinas, SP: Pontes, 2004.

_____. [1991] A língua inatingível – entrevista para o Canadian Journal of Political and Social Theory. Tradução de Sérgio Freire de Souza. In: PÊCHEUX, M. Análise de Discurso – Michel Pêcheux. 2ª edição. Campinas, SP: Pontes, 2011, p. 93-105.

ZIZEK, Slavoj. Em defesa das causas perdidas. Tradução de Maria Beatriz de Medina. São Paulo: Boitempo, 2011.

_____. Vivendo no fim dos tempos. Tradução de Maria Beatriz de Medina. São Paulo: Boitempo, 2012.